

Sarney discute com equipe a estratégia de renegociação

por Cláudia Safatle
de Brasília

O presidente José Sarney reúne-se nesta primeira semana de janeiro com a equipe econômica do governo, encarregada da negociação da dívida externa, para traçar a estratégia de renegociação do Brasil com o comitê de bancos credores, que começa no dia 11 de janeiro próximo, dentro da nova óptica de flexibilizar a posição brasileira nos pontos mais sensíveis aos bancos.

Seguramente, porém, a aceitação por parte do governo norte-americano de um plano de securitização da dívida do México, cuja operação foi anunciada no último dia 29 de dezembro, influirá na decisão presidencial de buscar os caminhos convencionais para o acerto externo. Há uma tendência por parte do governo, apoiada pelo ministro interino da Fazenda, Mailson Ferreira da Nobrega, e não contestada pelo negociador da dívida, o presidente do Banco Central (BC), Fernando Milhet, de abandonar a securitização como solução de mais longo prazo para o estocque da dívida.

"No Brasil está deixando essa idéia na hora errada", comentou uma fonte oficial envolvida no processo de negociação externa. Para este mesmo assessor, "a margem máxima de recuo do governo brasileiro é o compromisso de Acapulco", referindo-se à primeira reunião de oito presidentes latino-americanos, em Acapulco, no México, quando os chefes de Estado assinaram um documento con-

tendo os parâmetros a serem perseguidos pelos respectivos ministros da Fazenda, na negociação com os credores.

SECURITIZAÇÃO

A aceitação, por parte do governo norte-americano, da securitização de uma parcela da dívida velha mexicana, por um prazo de 20 anos e taxa de juro fixa, exatamente como propunha o ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, na óptica de fontes credenciadas, tem duas faces: de um lado, significa que a tese brasileira estava na direção correta e que o Brasil deverá, ao invés de abandonar a idéia, trabalhar para que ela seja aceita também como solução permanente para o estocque da dívida externa brasileira; por outro lado, o governo dos Estados Unidos tirou o México da aliança com o Brasil e a Argentina, no momento em que os três países estão à beira de uma nova crise cambial.

E para o Brasil, o que vai acontecer: como o País vai se definir, na relação com o governo dos Estados Unidos, na hora em que ele (o governo dos EUA) investe na retaliação ao Brasil em consequência da questão da reserva de mercado na informática; da intenção de retirar o País do Sistema Geral de Preferências (SGP); que votam contra o Brasil no Banco Mundial (BIRD); e que declaram proposta brasileira de securitização "non started" e dois meses depois apoiam o mesmo mecanismo para o México?

Essas perguntas, feitas pela fonte oficial, remetem à resposta que ele próprio

colocou: o Brasil precisa se definir — ou parte para o modelo mexicano de aproximação com os Estados Unidos, abrindo mão de princípios como o da reserva de mercado, por exemplo, ou opta pelo modelo da Índia, "de buscar mais auto-suficiência, embora sem romper com o sistema financeiro internacional. O que nós precisamos é de ter, e depois de ter, de seguir regras claras", concluiu essa mesma fonte.

ACAPULCO

Por outro lado, lembra a fonte, o compromisso de Acapulco, anunciado no dia 29 de novembro pelos oito presidentes latino-americanos, teve forte empenho do presidente José Sarney e resumiu a estratégia comum de negociação entre os aspectos de curto prazo e a busca de uma solução permanente para o endividamento dos países envolvidos.

De imediato, os chefes de Estado colocaram duas premissas para a negociação externa: assegurar créditos suficientes e adequados dos bancos credores, de modo a continuar o crescimento econômico dos países endividados, limitar as transferências líquidas de recursos para o exterior e financiar uma parcela dos juros. "Sem esse financiamento, o serviço regular da dívida não é possível", acentuava o documento. A segunda premissa é limitar as taxas de juro.

Como instrumento de solução permanente, o documento apoiou o mecanismo do "desconto" do valor da dívida — que foi obtido pelo México — senão pelo deságio, mas pelo leilão; a cria-

ção de salvaguardas para flutuações da taxa de juro; a desvinculação da concessão e desembolso de créditos dos bancos comerciais dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e BIRD, entre outros parâmetros.

Os pontos essenciais desse acordo estão na proposta brasileira levada pelo ex-negociador Fernão Bracher ao comitê credor.

REFINANCIAMENTO

No cronograma estabelecido para as negociações com o comitê de assessoramento, elaborado pelo ex-ministro Bresser Pereira, o refinanciamento dos juros da dívida de 1988 e 1989 deveria ser negociado até o próximo dia 15 de janeiro. Caso não fosse possível chegar a bom termo até essa data, Bresser Pereira iria romper com o comitê, que ele chamava de "cartel" dos bancos, a missão negociadora retornaria a Brasília e o governo enviaria um telex a cada banco informando que quem quisesse negociar com o Brasil que viesse a Brasília.

Por trás da estratégia de Bresser Pereira estava a intenção do governo brasileiro de negociar com bloco de bancos norte-americanos, japoneses, europeus, mantendo as particularidades de cada região.

Com a postura do presidente Sarney de não mais partir para uma situação de confronto com os credores, será mais fácil ceder no acordo de refinanciamento dos juros de 1988 e 1989 do que romper com o cartel de bancos, interpretam fontes oficiais.